informações e dados para o aprimoramento da Gestão Previdenciária, dos serviços prestados e demais assuntos de âmbito previdenciário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS

1. Constituem obrigações do IGEPREV-PA:

- 1.1. Divulgar a Cooperação Técnica nas mídias sociais do IGEPREV-PA;
- 1.2. Realizar orientação técnica no âmbito de sua sede sobre Gestão Previdenciária e assuntos correlatos ao objeto deste Acordo aos servidores do IGEPREV-TO, tais como Censo Previdenciário e Previdência Complementar;
- 1.3. Disponibilizar, caso necessário, dados quantitativos e anonimizados acerca dos beneficiários, vedadas transferências de informações pessoais e sensíveis de beneficiários, na forma da cláusula quarta deste Acordo de Cooperação;
- 1.4. Disponibilizar apoio técnico consistente em seminários e oficinas, a serem ministrados por servidores do IGEPREV-PA, de forma remota e/ou presencial, em data e cronograma a ser estipulado entre as partes, referente a questões previdenciárias relacionadas ao objeto do presente Acordo;
- 1.5. Disponibilizar o espaço físico e equipamento técnico para realização de oficinas e formações, tais quais sala com equipamento multimídia, auditório, caminhões, central de ar, mesas e cadeiras, e itens necessários à realização destas ações;
- 1.6. Manter a ética, o sigilo e a confidencialidade acerca das informações e dados repassados pelo Acordante quando no cumprimento deste Acordo de Cooperação Técnica.

2. Constituem obrigações do IGEPREV-TO:

- 2.1. Divulgar a Cooperação Técnica nas mídias sociais do IGEPREV-TO;
- 2.2. Disponibilizar servidores para prestar informações acerca do panorama atual da sua Gestão Previdenciária, de forma remota ou presencial, a fim de viabilizar o cronograma de atividades a ser ajustado pelas partes;
- 2.3. Disponibilizar, caso necessário, dados quantitativos e anonimizados acerca dos beneficiários, vedadas transferências de informações pessoais e sensíveis de beneficiários, na forma da cláusula quarta deste Acordo de Cooperação;
- 2.4. Disponibilizar os seus servidores para se deslocarem ao IGEPREV-PA, em data e horário pré-estipulado, para assistirem e esclarecerem suas dúvidas acerca da gestão previdenciária estadual;
- 2.5. Fornecer os materiais impressos para seus servidores, caso sejam elaborados materiais específicos para a finalidade deste Acordo;
- 2.6. Manter a ética, o sigilo e a confidencialidade acerca das informações e dados repassados pelo Acordante quando no cumprimento deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

O IGEPREV-PA e o IGEPREV-TO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os Cooperantes se comprometem a repassar entre si dados anonimizados, se necessário for, para fins de utilização estatística, com vistas a atender a finalidade desta pactuação, sendo a regra deste Acordo de Cooperação o não compartilhamento de dados pessoais ou dados sensíveis, salvo com o devido consentimento do titular.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação formal do Cooperante solicitado, responsabilizando-se o Cooperante solicitante por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Acordo de Cooperação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os Cooperantes se comprometem a promover a responsabilização dos servidores ou quaisquer outros designados pela manipulação das bases de dados, quando descumprida a Cláusula Quarta do presente Acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de publicação de seu extrato tanto no Diário Oficial do Estado do Pará quanto no Diário Oficial do Estado do Tocantins, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes e celebração de termo aditivo, respeitado seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não envolve a transferência de recursos financeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Quando, porventura, as ações resultantes deste instrumento implicarem a necessidade de transferência de recursos financeiros entre os partícipes, esta será formalizada por meio de convênio a ser firmado entre o IGEPREV-PA e o IGEPREV-TO, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

Na seara administrativa, fica estipulado desde já, que em termos de responsabilidade pelo descumprimento das obrigações, quando na condição de servidor público, incorrerá a tutela por ato de improbidade administrativa, nos moldes legais da Lei nº 8.429/92. Ademais, quanto à proteção de dados, a tutela se dará por meio da Lei de Proteção de Dados – LGPD – Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DENÚNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, cabendo ao denunciante a notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando responsável pelas obrigações pendentes ao tempo da efetivação da denúncia.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e no Diário Oficial do Estado do Tocantins, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura nos termos do art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará e da Resolução nº 17.608/2008 do TCE, ficando sob a responsabilidade dos Cooperantes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Os litígios decorrentes deste instrumento serão dirimidos pela Justiça Comum, no foro da cidade de Belém, Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também subscrevem. Belém/PA, 25 de janeiro de 2023.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTENTE

Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

ANA CLÁUDIA PEREIRA DA CUNHA

Vice-Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

Testemunhas

1. Nome:

CPF:

2. Nome:

CPF:

Protocolo: 899508

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 20 de 25 de janeiro de 2023.

O DIRETOR GERAL INTERINO DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações; e, ainda o Decreto Estadual de 15 de julho de 2022.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 1º do Decreto Estadual nº. 855 de 24 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 8º do Decreto nº. 1.230 de 26 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2023/56944 de 13/01/2023.

RESOLVE:

I – Designar o servidor IVAN RAHYLSON MORAIS DOS SANTOS, matrícula nº. 5908237-2, cargo comissionado de Secretário de Diretoria - GEP-DAS-011.1, para responder pela Coordenação do Núcleo de Programas de Valorização do Servidor, código GEP-DAS-011.4, desta EGPA, durante as férias do titular Lucílio Otávio Nery da Costa, matrícula nº 57176472, no período de 06/02/2023 a 07/03/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WILSON LUIZ ALVES FERREIRA

Diretor Geral Interino

Protocolo: 899106

FÉRIAS

PORTARIA Nº. 17 de 25 de janeiro de 2023

O DIRETOR GERAL INTERINO DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 74 a 76 da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO ainda os termos dos processos nº. 2023/43105, 2023/88589 e 2023/88587.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores desta EGPA, abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO USUFRUTO
57209073/3	Edmilson Santos de Assis	26/02/2022 à 25/02/2023	13/03 a 11/04/2023
5949388/2	Maria Shirley Moraes Martins da Costa	22/02/2022 à 21/02/2023	06/03 a 04/04/2023
6120835/3	Mary socorro Barroso Tadaiesky Oliveira	25/02/2022 à 24/02/2023	06/03 a 04/04/2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WILSON LUIZ ALVES FERREIRA

Diretor Geral Interino

Protocolo: 899279